

Alerta Legislação nº 13, de 27 de mar. a 1º abr. 2017

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 774, DE 30 DE MARÇO DE 2017**
Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 772, DE 29 DE MARÇO DE 2017**
Altera a [Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989](#), que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.
- **DECRETO Nº 9.017, DE 30 DE MARÇO DE 2017**
Altera o [Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007](#), que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
- **DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017**
Regulamenta a [Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950](#), e a [Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989](#), que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

| LEGISLAÇÃO FEDERAL | |
|--------------------|---|
| PUBLICAÇÃO DOU | SUPERIOR |
| 31/03/2017 | <p><u>LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".</p> <p><u>LEI Nº 13.427, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.</p> <p><u>LEI Nº 13.426, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nos 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.019, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, para dispor sobre a desconstrução de energia de reserva mediante realização de mecanismo competitivo</p> |
| <p>Edição Extra 30/03/2017</p> | <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 774, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.018, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto no 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.017, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p> |
| <p>30/03/2017</p> | <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 773, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece prazo para a correção dos valores referentes ao percentual de aplicação mínimo obrigatório de que trata o caput do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para os recursos recebidos em decorrência da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 772, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 771, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Transforma a Autoridade Pública Olímpica - APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.015, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 8.947, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a extinção de cargos em comissão, funções de confiança e Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.014, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Promulga o Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, firmado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u></p> |

| | |
|---|---|
| | Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 , e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 , que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. |
| 29/03/2017 | <u>LEI Nº 13.424, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Altera as Leis nos 5.785, de 23 de junho de 1972 , 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 , 4.117, de 27 de agosto de 1962 , 6.615, de 16 de dezembro de 1978 , para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências. |
| 28/03/2017 | <u>LEI Nº 13.421, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências. |
| 27/03/2017 Edição Extra | <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 770, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE. |
| MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO | MARGINÁLIA FEDERAL |
| Atos do Congresso Nacional (CN) | <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2017 (*)</u> Aprova o texto do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, em 29 de abril de 2016. <i>(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 22/3/2017.</i> |
| Atos do Senado Federal (SF) | <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2017</u> Altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG). |
| Presidência da República (PR) | CASA CIVIL (CCPR) – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <u>PORTARIA Nº 199, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art.1º. Aprovar Instrução Normativa INCRA/P/Nº 87 de 28 de março de 2017, que institui a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação, de que tratam o art. 18 da Lei 8.629/93 e o art. 12 da Lei 11.952/09 . (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 87, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> |

| | |
|---|---|
| | <p>Institui a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação de projetos de assentamento, de que trata o art. 18 da Lei 8.629/93, e na regularização fundiária, de que trata o art. 12 da Lei 11.952/09.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 87, DE 24 DE MARÇO DE 2017</u> Institui a Pauta de Valores de Terra Nua para fins de titulação de projetos de assentamento e regularização fundiária, de que tratam o art. 18 da Lei 8.629/93 e o art. 12 da Lei 11.952/09.</p> <p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2017, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.</p> |
| <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p> | <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reconhecer o Estado de Roraima como Área sob Erradicação ou Supressão para o Cancro Cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i>). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reconhecer o Estado de Minas Gerais como Área sob Erradicação ou Supressão para o Cancro Cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i>). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art 1º Reconhecer os municípios de Alenquer, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha e Santarém, do estado do Pará, como Área Livre de Cancro Cítrico ((<i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i>). (...)</p> |
| <p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p> | <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) → Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2014, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no ano corrente, assim como para os que, aprovados sob a égide de Resoluções anteriores, venham a ser contratados até 31/12/2017.</p> |

| | |
|-------------------------------------|--|
| | (...) |
| Ministério da Cultura (MinC) | <p>AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 41-E, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Instituir o Programa de Apoio à Distribuição de Conteúdo Acessível no Segmento de Exibição Cinematográfica 2017, no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). (...)</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 132, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Altera dispositivos das Instruções Normativas nº. 116, de 18 de dezembro de 2014, e nº. 128, de 13 de setembro de 2016.</p> <p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 114, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 396, de 15 de setembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem antiguidades e/ou obras de arte de qualquer natureza, na forma da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.</p> |
| Ministério da Educação | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 24 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito do Programa Mais Médicos.</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 59, DE 22 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 269, DE 23 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Estabelecer as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica de 2017, que será realizado via Internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território nacional: (...)</p> |
| Ministério da Fazenda (MF) | <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.559, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2017.</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias</p> |

| | |
|---|--|
| | <p><u>CIRCULAR CAIXA Nº 759, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Define critérios para seleção e contratação de propostas apresentadas ao Agente Operador do FGTS (AO) pelas companhias securitizadoras de créditos imobiliários (Securitizadoras) e pelos bancos e caixas econômicas (Agentes Financeiros), respectivamente, para a aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), com recursos do FGTS, no valor de R\$ 6.000.000.000,00, referentes ao saldo remanescente do orçamento suplementar para o exercício de 2016.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 758, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Divulga a versão 4 do Manual de Orientação ao Empregador Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 757, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Divulga a versão 2 do Manual de Orientação Retificação de Dados, Transferência de Contas Vinculadas e Devolução de Valores Recolhidos a Maior, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 756, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Publica o Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.</p> |
| <p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p> | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 121, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Regulamentar a operacionalização dos repasses financeiros obrigatórios do FUNPEN, na modalidade fundo a fundo, exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., aos Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> |
| <p>Ministério da Saúde (MS)</p> | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 880, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Autoriza repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para intensificação das ações de imunização com a vacina contra febre amarela.</p> <p><u>PORTARIA Nº 849, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 523, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Institui o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária - PRAISSAN</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 149, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos e dá outras disposições.</p> |

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**
RESOLUÇÃO-RE Nº 845, DE 30 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso, do produto Tevacarbo 10mg/ml, 15ml, lotes 15H28KC, 15H28KK e 16C08MR e Tevacarbo 10mg/ml, 45ml, lotes 15C03LA, 15C03LF, 15K10MA, 16A18LD, 16D25OC e 16E12OE, da empresa Teva Farmacêutica Ltda (CNPJ: 05.333.542/0001-08).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 844, DE 30 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização e uso dos produtos: Clareador Dental White Light, Clareador Dental Basall Advanced White Bivolt, Refil Clareador Dental Basall I.Strips Bivolt, 3D CREST WHITE Whitestrips 20, divulgados e comercializados pelo site www.americanas.com.br, de responsabilidade da empresa B2W Companhia Digital, CNPJ: 00.776.574/0006-60, localizada na rua Sacadura Cabral, nº 102 -Saúde - Rio de Janeiro - RJ, por estarem sem registro sanitário na Anvisa.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 835, DE 27 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar a interdição cautelar, em todo território nacional, de todos os produtos elaborados pelos estabelecimentos: TRANSMET LOGÍSTICA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, SIF 4644 em Balsa Nova/PR; FRIGORÍFICO SOUZA RAMOS LTDA, SIF 4040, em Colombo/PR e PECCIN AGRO INDUSTRIAL LTDA, SIF 2155, em Curitiba/PR e SIF 825, em Jaraguá do Sul/SC.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 834, DE 24 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição e comercialização de todos os produtos sujeitos à Vigilância Sanitária fabricados pela empresa JM Artefatos Metálicos Ltda., CNPJ: 46.374.500/0105-80, localizada à Rua General Enrico Cavaglia, nº 556, bairro Vila Moraes, São Paulo, SP.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 832, DE 24 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote PEF93 (Fab. 25/04/2016) do produto ÁLCOOL GEL MEGA, fabricado por GPI Costa Industrial LTDA (CNPJ 05.083.645/0001-59).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 831, DE 24 DE MARÇO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição e comercialização, de todos os lotes do produto composto líquido

| | |
|---|---|
| | <p>pronto para o consumo a base de tirosina, taurina e cafeína, marca D DOPAMINA MINDFUL DRINK, 269 ml, fabricado e envasado, sob licença de CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL PETROPOLIS LTDA, CNPJ 01.708.217/0001-13, por NEWAGE INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 01.307.936/0001-22, situado na Rodovia Anhanguera, Km 186, bairro Serelepe, Leme/SP. (...)</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 633, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Atualiza o serviço especializado 134 Práticas Integrativas e Complementares na tabela de serviços do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).</p> <p><u>PORTARIA Nº 564, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Inclui procedimento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais do SUS.</p> |
| <p>Ministério das Cidades (MCidades)</p> | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Dá nova redação aos Anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 24 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa nº 5, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2017.</p> <p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS) <u>RESOLUÇÃO Nº 211, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui novo Plano de Metas e Diretrizes Gerais de aplicação dos recursos alocados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para execução do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, relativo ao Exercício de 2016.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 661, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, que estabelece critérios para a baixa de registro de veículos a que se referem, bem como os prazos para efetivação.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 660, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Referendar a Deliberação nº 160, de 20 de fevereiro de 2017, que altera a Resolução CONTRAN nº 638, de 30 de novembro de 2016, que dispõe sobre as formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.</p> |

| | |
|--|--|
| <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</p> | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 130, DE 27 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a transferência voluntária de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 580, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Regulamenta os procedimentos para pagamento do Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA Nº 42, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece procedimentos complementares à aplicação da Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.</p> |
| <p>Ministério do Trabalho</p> | <p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 846, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Autoriza a destinação de recursos financeiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para pagamento das despesas ordinárias que vierem a ser incorridas com a inscrição em Dívida Ativa, com a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos pertencentes ao FGTS e sua defesa.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 843, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Autoriza a quitação de obrigações da União frente ao FGTS, assumidas nos termos da Lei nº 8.727, de 1993, mediante cessão definitiva dos respectivos direitos creditórios originais, inclusive aquelas dívidas renegociadas nos termos da Resolução nº 353, de 2000, e concede garantia à repactuação dos créditos objetos da cessão.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 842, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Inclui Aquisição de Terreno como ação financiável no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 839, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Altera a Resolução nº 788, de 2015, com objetivo de autorizar o Agente Operador do FGTS a disponibilizar a Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT) as informações sobre os parcelamentos do FGTS no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 838, DE 21 DE MARÇO DE 2017</u> Alterar o item 1.7 da Resolução nº 688, de 2012, que dispõe sobre condições para contratação de operações de financiamento no âmbito dos programas habitacionais do FGTS.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg) <u>RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14, DE 14 DE MARÇO DE 2017</u> Disciplina a participação de Observadores nas reuniões do Conselho</p> |

| | |
|---|--|
| | Nacional de Imigração. |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | <p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 135, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Fixa os parâmetros mínimos para análise dos processos de reprogramação do cronograma de recolhimento da Contribuição Fixa dos contratos de concessão federal para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária, celebrados até 31 de dezembro de 2016.</p> <p><u>PORTARIA Nº 134, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> Acresce dispositivos à Portaria nº 261, de 3 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 4 de dezembro de 2012, que disciplina a concessão e a administração do benefício de Passe Livre à pessoa com deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, de que trata a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.</p> |
| Publicação DOE-SP | SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO |
| PUBLICAÇÃO DOE | LEGISLAÇÃO SUPERIOR |
| 01/04/2017 | <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.300, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Extingue, confere atribuições aos cargos que especifica do Subquadro de Cargos em Comissão –SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa – QSAL e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 62.528, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Estabelece, para os fins que especifica, diretrizes alusivas à celebração de contratos de gestão com organizações sociais de que trata a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998</p> |
| 31/03/2017 | <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.299, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica</p> <p><u>LEI Nº 16.402, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007</p> <p><u>DECRETO Nº 62.527, DE 30 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a concessão do serviço público de transporte de passageiros das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro da Rede Metroviária de São Paulo e dá providências correlatas</p> |
| SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO | MARGINÁLIA ESTADUAL |

| | |
|---|--|
| ESTADO | |
| Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) | <p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS-34, DE 27-3-2017</u> Regulamenta a Evolução Funcional – progressão dos empregados públicos e servidores estatutários do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, prevista nos artigos 14 e 16 da Lei Complementar 1.044, de 13-05-2008, com a nova redação dada pelo inciso V do artigo 1º da Lei Complementar 1.240, de 22-04-2014 e dá providências correlatas</p> <p>→ Coordenadoria da Unidade de Ensino Superior de Graduação <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CESU 001, DE 27-03-2017</u> Dispõe sobre o procedimento para as designações de Diretores e de Vice-Diretores para as Faculdades de Tecnologia - Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS</p> |
| Desenvolvimento Social (SEDS) | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP 004, DE 21-03-2017</u> Dispõe sobre a aprovação dos Encontros Regionais no Estado de São Paulo, para orientações sobre a realização das Conferências Municipais de Assistência Social</p> |
| Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) | <p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) Comunicado <u>REGULAMENTO "IX CONCURSO MODA INCLUSIVA"</u> (...)</p> |
| Emprego e Relações do Trabalho (SERT) | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO COF-2, DE 22-3-2017</u> Dispõe sobre alteração na Resolução COF 01, de 12-4-2013(*) (*) <i>dispõe sobre a definição de metas e dos indicadores globais para fins de pagamento de Bônus por Participação nos Resultados - BPR</i></p> |
| Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SELJ 10, DE 28-03-2017</u> Estabelece normas e procedimentos no âmbito da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte</p> <p><u>RESOLUÇÃO SELJ-11, DE 29-3-2017</u> Aprova o regulamento para credenciamento de árbitros esportivos para a realização dos eventos do Calendário Oficial e demais eventos da Coordenadoria de Esporte e Lazer</p> |

| | |
|-----------------------------------|--|
| <p>Fazenda (SF)</p> | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CODEC 02, DE 15-02-2017</u> Fixa diretriz temporária para a condução da verificação da conformidade do processo de indicação de administrador e conselheiro fiscal nas sociedades de economia mista controladas pelo Estado que auferirem receita operacional bruta superior a R\$ 90 milhões</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 32, DE 30-03-2017</u> Dispõe sobre a fixação da meta da receita tributária, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, para o exercício de 2016</p> <p><u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 29-03-2017</u> Na Resolução SF 28, de 24-03-2017, para fazer constar que foi republicada por ter saído com incorreções.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 28, DE 24-03-2017</u> Revoga a Resolução SF-91, de 17-9-2010, que institui indicador específico "receita tributária setorial e regional" para as unidades da Coordenadoria de Administração Tributária especificadas, e alterações posteriores</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF-29, DE 24-3-2017</u> Altera a Resolução SF-90, de 24-11-2016, que divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2017</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 30, DE 24-03-2017</u> Dispõe sobre a classificação dos cargos em comissão pertencentes ao Quadro da Secretaria da Fazenda</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) → Contadoria Geral do Estado (CGA) → → Centro de Análise Contábil e Informações</p> <p>Comunicado GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - 1º BIMESTRE</p> |
| <p>Governo (SG)</p> | <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 716, DE 30-03-2017</u> Dispõe sobre a tarifa de gás natural canalizado decorrente da aplicação da nova alíquota do ICMS no cálculo do PIS/PASEP e COFINS e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS</p> |
| <p>Meio Ambiente (SMA)</p> | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 26, DE 27-03-2017</u> Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços do Parque Dr. Fernando Costa, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para implantação e exploração comercial</p> |

| | |
|--|--|
| | de escola de equitação |
| <p>Planejamento e Gestão (SPG)</p> | <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-68, DE 24-3-2017</u> Regulamenta o credenciamento de empresas para realização de vistorias automotivas e dá outras providências</p> <p>UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>COMUNICADO</u> Artigo 115 da CE - Suplemento Especial A Unidade Central de Recursos Humanos, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado), COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2016, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 29 de abril de 2017, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual. AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS deverão, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Imprensa Oficial do Estado S.A - IMESP, impreterivelmente até o dia 07 de abril de 2017, o quantitativo de seus quadros. Para quaisquer esclarecimentos sobre transmissão e publicação deverá ser contatada a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: SAC 0800 01234 01. O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email: artigo115-2017@imprensaoficial.com.br</p> |
| <p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p> | <p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 9, DE 29-3-2017</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de aprofundar estudos quanto à possibilidade de invalidação dos atos de quitação dos contratos de financiamento de imóveis da carteira predial do IPESP, com aplicação da Lei 12.400/2006</p> |
| <p>Saúde (SS)</p> | <p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 21, DE 30-3-2017</u> Dispõe sobre prorrogação de prazos para apresentação do Atestado de Conclusão de Obra definidos no Artigo 5º, da Resolução SS - 130, de 09-12-2013, que habilita municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS - Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 20, DE 30-3-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 846, de 04.06.1998(*) e dá providências correlatas. (*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p><u>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 25-03-2017 E DO D.O. DE 29-03-2017</u> Na Resolução SS-14, de 24-03-2017 Onde se lê: "Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário." Leia-se: "Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. (REPUBLICADA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES)" Retificação do D.O. de 28-03-2017 Na Resolução SS 19, de 24-03-2017 Onde se lê: Resolução SS 19, de 24-03-2017 Leia-se Resolução SS 19, de 27-03-2017</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 19, DE 24-3-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 846, de 04.06.1998(*) e dá providencias correlatas. (*) <i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 18, DE 27-3-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º, da Lei Complementar nº 846, de 04.06.1998(*) e dá providencias correlatas. (*) <i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SS-14, DE 24-3-2017</u> Dispõe sobre procedimentos, de observância obrigatória na instrução de processos licitatórios, e dá providências correlatas</p> |
| <p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p> | <p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-24, DE 29-3-2017</u> Altera a Resolução GR-020/2016, de 01-08-2016, que dispõe sobre a Estrutura da Reitoria</p> |
| <p>Universidade de São Paulo (USP)</p> | <p>REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) <u>RESOLUÇÃO COCEX-7.327, DE 27-3-2017</u> Dispõe sobre subdelegação de competência às Unidades, Institutos Especializados e Museus da USP para formalização de convênios, termos de encerramento e termos aditivos de convênios da Universidade de São Paulo com objeto preponderante de Cultura e Extensão Universitária</p> |
| <p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p> | <p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-27, DE 30-3-2017</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp Meio de Ano 2017 e dá outras providências</p> |

| | |
|--|---|
| <p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p> | <p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 29-3-2017</u> Regulamenta a participação de Defensores Públicos no "XIV Encontro Cultural e Cidadania da População em situação de Rua de São Paulo", a se realizar no dia 21-04-2017</p> |
| <p>Publicação DOE - Legislativo</p> | <p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p> |
| <p>01/04/2017</p> | <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 155, DE 2017</u> Classifica Arujá como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 01/04/2017, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 154, DE 2017</u> Classifica Laranjal Paulista como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 01/04/2017, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 151, DE 2017</u> Assegura o direito de produção de energia elétrica a partir da energia solar ou eólica para consumo próprio e dá outras providências. DOE, Legislativo, 01/04/2017, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 150, DE 2017</u> Classifica Areias como "Município de Interesse Turístico" DOE, Legislativo, 01/04/2017, p. 8</p> |
| <p>31/03/2017</p> | <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 148, DE 2017</u> Altera a composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, instituído pela Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968.</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 11/2017</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO em razão do grande volume de dados que são objeto de coleta na Fase IV do Sistema AUDESP, de que na maioria dos órgãos jurisdicionados as informações requisitadas não estão totalmente estruturadas em sistemas computadorizados, indicando a necessidade de conceder o tempo suficiente para concluir a manutenção em seus sistemas, COMUNICA que permanecem os valores de remessa que passaram a vigorar a partir de 02/01/2017 (Comunicado 14 de 2016) Oportunamente será divulgado novo COMUNICADO, estabelecendo os novos critérios de prazos e valores. Duvidas e esclarecimentos sobre a fase IV do sistema AUDESP deverão ser encaminhadas pelo canal "Fale Conosco", disponível na pagina http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/. Publique-se SDG., em 30 de março de 2017</p> |

| | |
|-----------------------------------|--|
| | <p>SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 31/03/2017, p. 14</p> <p>BALANÇOS Balancete da Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2017, elaborado em cumprimento ao parágrafo 2º, do artigo 170 da Constituição Estadual. (...) DOE, Legislativo, 31/03/2017, p. 14</p> |
| 29/03/2017 | <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 2017</u> Altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 29 de maio de 1970, e da Lei complementar 1.224, de 13 de dezembro de 2013. DOE, Legislativo, 29/03/2017, p. 11</p> |
| 28/03/2017 | <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 2017</u> Acrescenta o artigo 7º-A à Lei Complementar nº 1.176, de 30 de maio de 2012, que “dispõe sobre a execução de atividades médicas e odontológicas sob a forma de plantão, e dá providências correlatas”, a fim de incluir, entre os profissionais que podem prestar Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade, os integrantes das carreiras docentes das áreas de Medicina, Saúde Pública e Odontologia das universidades públicas estaduais. DOE, Legislativo, 28/03/2017, p. 12</p> |
| Publicação DO - Cidade | SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL |
| 01/04/2017 | <p><u>DECRETO Nº 57.642, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Justiça.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.640, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Institui o Programa Gestores da Economia, no âmbito da Administração Direta e Indireta, bem como das entidades parceiras que recebem recursos públicos.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.639, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2017</p> <p><u>DECRETO Nº 57.636, DE 31 DE MARÇO DE 2017</u> Transfere e altera a lotação e a denominação de cargos de provimento em comissão, bem como suprime a unidade administrativa da Prefeitura Regional de Vila Mariana que especifica e introduz modificações no Decreto nº 57.588, de 10 de fevereiro de 2017.</p> |

| | |
|-------------------|---|
| 31/03/2017 | SUPLEMENTO <u>PROGRAMA DE METAS 2017-2020-VERSÃO ABERTA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL</u> |
| 30/03/2017 | <u>LEI Nº 16.615, DE 29 DE MARÇO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 271/16, do Executivo) Define a omissão de receita como infração à legislação tributária, bem como dispõe sobre a sua caracterização e a aplicação de multa aos infratores. |

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107